

FUNDAMENTOS TEOLÓGICOS DA GAUDIUM ET SPES

*Prof. Dr. Côn. Antonio Manzatto**

RESUMO

O autor revisita a temática do Concílio Vaticano II, tarefa mais do que necessária nos dias atuais. Busca os fundamentos da Constituição Pastoral Gaudium et Spes e os apresenta em perspectiva teológica como sendo a ação de Deus na história e seu desígnio de salvação universal, o que faz com que a Igreja e sua ação pastoral não se centrem sobre si mesmas, mas encarem os desafios do mundo contemporâneo. Do ponto de vista eclesiológico, apresenta o discipulado e a missão como a concretização daquela visão teológica.

Palavras-chave: Gaudium et Spes, Vaticano II, discipulado, missão.

ABSTRACT

The author revisits the theme of the Second Vatican Council, task which is more than necessary nowadays. He searches the basis of the Pastoral Constitution Gaudium et Spes, and presents them in theological perspective as being God's action in the history and His universal plan of salvation, which makes the church and her pastoral action not being focus on herself, but should face the challenges of contemporary world. From an ecclesiological point of view, presents the discipleship and the mission as a realization of that theological point of view.

Key-words: Gaudium et Spes, Vatican II, discipleship, mission.

* Prof. Dr. Côn. Antonio Manzatto, doutor em Teologia pela Universidade de Lovaina, Bélgica, professor titular na Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção PUC-SP.

INTRODUÇÃO

O Papa João XXIII expressou pela primeira vez a ideia de celebrar um Concílio para toda a Igreja quando, em 25 de janeiro de 1959, na Basílica de São Paulo Extramuros disse textualmente: “Venerati Fratelli e Diletti figli! Pronunziamo innanzi a voi, certo tremando un poco di commozione, ma insieme com umile risolutezza di proposito, il nome e la proposta [...] di un Concilio Ecumenico per la Chiesa universale”.¹

Surpreso ele mesmo com a ideia da realização de um Concílio Ecumênico,² mas convencido de que se tratava de uma inspiração do Espírito Santo, o papa colocou em marcha a preparação para esse evento, que se inaugurou em 11 de outubro de 1962, com a vontade de ser um *kairós* da ação de Deus que renova sua Igreja, para que ela fosse “a Igreja de todos, especialmente dos pobres”.³

A preocupação pastoral é a marca deste 21º Concílio Ecumênico da Igreja. Mais que as afirmações dogmáticas ou morais, o Concílio se preocupa com a humanidade contemporânea e sua forma de vivenciar a fé em Jesus Cristo. Essa afirmação, que já havia sido feita antes do início do evento conciliar, é afirmada claramente, no seu final, pelo Papa Paulo VI, ao encerrar o Concílio em 8 de dezembro de 1965.⁴

Apesar disso, ou exatamente por causa dessa preocupação pastoral, o Vaticano II não deixa de ter pressupostos e consequências teológicas, o que o faz assumir, então, também uma característica de Concílio dogmático.⁵ Por isso temos, ao lado da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, a Constituição Dogmática *Lumen Gentium*.

¹ O discurso oficial se encontra em AAS 51 (1959), p. 65-69.

² Cf. GIOVANNI XXIII, *Giornale dell'anima* (organizado por L. Capovilla), Roma, s.n., 1964, pp. 330-331: “Il primo ad essere sorpreso di questa mia proposta fui io stesso, senza che alcuno mai ne desse indicazioni”.

³ Cf. G. ALBERIGO, *História dos Concílios Ecumênicos*, São Paulo, Paulus, 1995, pp. 397-398.

⁴ Veja-se o Discurso do Papa no Encerramento do Concílio Vaticano II e também a Carta Apostólica de encerramento do Concílio Vaticano II, publicada em 8 de dezembro de 1965; CONCÍLIO VATICANO II. *Vaticano II*; mensagens, discursos e documentos, São Paulo, Paulinas, 1998, pp. 136-137.

⁵ Assim o entende também o Papa Paulo VI, como se pode perceber na leitura do mesmo documento anteriormente citado.

Torna-se lícito, portanto, perguntarmos sobre os fundamentos teológicos do Concílio e dos documentos por ele elaborados, no nosso caso, especialmente a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*. Mesmo porque as opções pastorais dependem de opções teológicas previamente assumidas e isso, se não marca uma afirmação dogmática, ao menos aponta para uma linha teológica que passa a ser dominante.

É conhecida de todos a efervescência teológica vivida pela Igreja na primeira metade do século passado, que marca os antecedentes do Vaticano II. O próprio Concílio vai se ocupar, depois, de prolongar essa efervescência, sendo mola propulsora da reflexão teológica que se segue imediatamente ao Vaticano II. Época fecunda para a teologia e para toda a vida da Igreja, e a imensa literatura que se seguiu ao Vaticano II é testemunha desse fato.

Não queremos retrair toda a evolução da reflexão teológica na primeira metade do século XX, nem enumerar os seus tantos expoentes que continuam, ainda hoje, animando a elaboração da teologia em nossa Igreja. Contentemo-nos em enumerar alguns pontos da teologia e da eclesiologia que sustentam a reflexão e as posições marcadas pela *Gaudium et Spes*.

1. A CONSTITUIÇÃO PASTORAL GAUDIUM ET SPES

A grande Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo Contemporâneo foi promulgada pelo Papa Paulo VI no encerramento dos trabalhos conciliares, em 7 de dezembro de 1965, quase que como uma coroa para o Vaticano II.

A ideia desse documento surgiu no final da I Sessão (1962), num discurso do Cardeal Suenens em 4 de dezembro de 1962. Estabelecida uma Comissão Mista para a elaboração de um esquema, o assunto foi debatido durante a III Sessão em 1964; seguiram-se novos estudos e redações, até que o texto final foi votado em 7 de dezembro de 1965, quando, sobre 2.391 votantes, o documento recebeu a aprovação de 2.309 padres conciliares, contra apenas 75 votos negativos e 7 votos nulos.

Na mensagem de Natal do mesmo ano, o Papa Paulo VI assim se referia ao documento:

O encontro da Igreja com o mundo atual foi descrito em páginas admiráveis na última Constituição do Concílio. Toda pessoa inteligente, toda alma honrada deve conhecer essas páginas.

Elas levam, sim, de novo a Igreja ao meio da vida contemporânea, mas não para dominar a sociedade, nem para dificultar o autônomo e honesto desenvolvimento de sua atividade, mas para iluminá-la, para sustentá-la e consolá-la. Essas páginas, assim o pensamos, assinalam o ponto de encontro entre Cristo e o homem moderno e constituem a mensagem de Natal deste ano de graça ao mundo contemporâneo.⁶

Gaudium et Spes leva a marca do Concílio Vaticano II tal como o imaginou João XXIII: a pastoral pensando a inserção da Igreja no mundo atual, promovendo seu *aggiornamento*, para que ela volte a ser significativa na vida da pessoa humana contemporânea. Paulo VI também o afirma, ao ver o documento provocar a reintrodução da Igreja na sociedade contemporânea.

A partir daí, “as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem”, passaram a ser, mais que nunca, “as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo” (GS 1). Tudo o que é verdadeiramente humano “ressoa no coração” dos discípulos, no coração da Igreja.

Duas primeiras constatações a serem feitas. A primeira é que a Igreja reencontra seu caminho de ação, ao reencontrar-se com a humanidade atual. Afinal, a comunidade eclesial é constituída por seres humanos, e suas preocupações são também as preocupações da Igreja. A segunda é que a Igreja se vê como discípula de Cristo e, tal como ele, enviada em primeiro lugar aos últimos do mundo, “os pobres e todos os que sofrem”. Estes são, por assim dizer, os destinatários primeiros da mensagem e da ação da Igreja.

Desnecessário dizer o quanto a *Gaudium et Spes* influenciou a mudança de perspectiva da Igreja do Concílio até hoje. Essa influência se percebe no plano pastoral, mas também no plano teológico. Muito do que temos na riqueza da reflexão teológica de hoje se deve à *Gaudium et Spes* e sua proposta de reencontrar o mundo contemporâneo, não para dominá-lo, mas para anunciar-lhe a boa-nova de Jesus Cristo, evangelizando-o.

⁶ Veja-se a citação no comentário introdutório à *Gaudium et Spes* feita por B. KLOPPENBURG, in: CONCÍLIO VATICANO II, *Compêndio do Vaticano II*, 9ª. Edição, Petrópolis, Vozes, 1975, p. 142.

1.1. Fundamentos teológicos da *Gaudium et Spes*

Tratando-se de um Concílio, sobretudo com preocupações pastorais, que não busca definições dogmáticas novas, o Vaticano II usa como referencial o patrimônio teológico da Igreja, acumulado ao longo dos séculos. Sua base teológica permanece a tradicional, afirmando o Concílio, então, sua fidelidade à Tradição secular da Igreja. Essa fidelidade à Tradição, que se pode perceber nas afirmações conciliares, não impede uma atualização da fé da Igreja, que encontra, então, o mundo contemporâneo e seus problemas.

A palavra que a Igreja tem a dizer à humanidade deve, em primeiro lugar, ser de fidelidade a Jesus Cristo. É o anúncio de Jesus que a Igreja tem a missão de levar aos quatro cantos do globo terrestre. Ela não pode criar uma mensagem nova, não pode simplesmente anunciar a si mesma, não pode adequar-se ao hoje traindo a Palavra de Deus encarnada na pessoa de Jesus de Nazaré. É a ele e a seu projeto de Reino de Deus que a Igreja deve fidelidade, anunciando-o como caminho de Salvação da Humanidade. A fidelidade à Tradição é, mesmo, condição para a credibilidade da Igreja.

No entanto, o mundo é dinâmico, e a própria *Gaudium et Spes* o afirma. As situações hodiernas são novas, e não foram vividas antes pela humanidade. Anunciando sua mensagem, a Igreja não repete, simplesmente, fórmulas antigas, como se fossem fórmulas mágicas cuja repetição asseguraria seu efeito. É preciso proporcionar o encontro da afirmação tradicional da fé cristã com os fatos, acontecimentos e situações que são as das pessoas humanas de hoje, para que a afirmação de fé possa ter sentido, e para que a mensagem pregada pela Igreja possa ser significativa na atualidade.

Se há uma fidelidade à Tradição necessária à vida e à ação da Igreja, também há uma “fidelidade à situação” que também deve ser necessária à vida e à ação da Igreja. As respostas às questões colocadas à fé pelo mundo atual não estão dadas de antemão, mesmo porque nunca foram vividas antes pela humanidade. Guardando fidelidade à fé, a Igreja precisa encontrar-se com essas questões para, como diz Paulo VI, “iluminá-la, sustentá-la e consolá-la”.⁷

Este é um pressuposto teológico básico para a *Gaudium et Spes*: a possibilidade de promover um encontro salutar (de salvação) entre a tradicional

⁷ Cf. *Ibidem*.

profissão de fé (Tradição) e a atual situação da humanidade (situação). Aqui se coloca a compreensão de que a Igreja não tem seu fim em si mesma, mas está a serviço do mundo, devendo fazer com que o Cristo chegue a todos os indivíduos e todos os povos, como expressa Paulo VI na abertura da IV Sessão conciliar.⁸

Esse princípio é não apenas utilizado pela *Gaudium et Spes*, mas também proposto por ela para ser usado pela Igreja, no pensamento e planejamento de sua ação pastoral. Mas ele é baseado num princípio mais fundamental ainda, um princípio que na verdade é duplo: o de pensar Deus agindo efetivamente na história humana, para proporcionar salvação à humanidade.

1.1.1. Deus agindo na história humana: encarnação e realidades terrestres

A compreensão da ação de Deus na história humana não é recente, mas tradicional. Ela pertence mesmo ao judeu-cristianismo, fazendo parte do núcleo da fé do Primeiro Testamento. É isso que lemos, por exemplo, em Ex 3,7-8, quando é anunciada a ação de Deus que libertará seu povo. Ela está presente também no núcleo da fé do Novo Testamento, sendo o fundamento da Encarnação, e por isso lemos que “o Verbo se fez carne e habitou entre nós” (Jo 1,14), fazendo-se o Emanuel.

A história não é estranha ao seu criador. Deus não se afirma apenas através de categorias metafísicas, como a teologia sempre o fez, mas também através de categorias históricas, como a teologia tradicional também afirma e como foi recuperado pela reflexão teológica que precedeu imediatamente o ambiente do Vaticano II. E o Concílio foi marcado por essa teologia que enxerga a história como *locus theologicus*.

A *Dei Verbum* ensina que a revelação de Deus acontece na história (DV 2), onde Deus se faz presente para propor salvação à humanidade, sobretudo através de seu Filho Jesus Cristo. E aqui se afirma toda a relevância da fé da Igreja na Encarnação do Filho de Deus, que se faz homem para a salvação da humanidade, como já afirmava o Niceno.⁹ A maneira de

⁸ Cf. AAS 57 (1965), pp. 794-805.

⁹ Cf. DENZINGER, nn. 125-126 (H. DENZINGER & P. HÜNERMANN, *Enchiridion Symbolorum*, Paris, Cerf, 1997).

conhecer o Deus que se revela à humanidade é a percepção de sua ação na história humana.

Revelando-se na história, Deus nela se faz presente para a salvação da humanidade, eis a verdade crida pela Igreja. Isso indica uma proximidade de Deus, a quem Jesus anuncia como Pai amoroso, chegando mesmo a fazer-se Deus conosco para nos conduzir até seu Reino. Há aqui uma valorização da realidade da Encarnação, já que se entende a história assumida por Jesus como a história do Verbo entre nós. Estamos passando, indiscutivelmente, de uma perspectiva mais estática e metafísica para uma outra, mais histórica e dinâmica, como a própria *Gaudium et Spes* afirma (GS 5).

Não resta dúvida de que esta perspectiva permite a valorização das realidades terrestres. Compreende-se o mundo como o lugar da Revelação, da presença e da ação de Deus e, também, o lugar onde a comunidade crente, a Igreja, vive sua fidelidade a Jesus na construção do Reino de Deus. A história não é vista apenas como *locus theologicus*, mas também como *locus salvationis*.¹⁰

Nesta perspectiva é que a *Gaudium et Spes* desenvolve toda a sua reflexão, afirmando a história humana não simplesmente como exílio, algo a ser simplesmente suportado, mas como lugar de construção do humano, “matéria-prima” do Reino de Deus. Agindo no mundo, os cristãos vão fazer com que nele permaneça o ideal vivido e anunciado por Jesus, antecipando na fé aquilo que esperam realizar-se escatologicamente.¹¹

No interior da história humana, no interior da criação, o ser humano é chamado a encontrar-se com Deus (GS 19). Não há que fugir do mundo ou negá-lo para viver a experiência do encontro com Deus; há, sim, que identificar os “sinais dos tempos” para, no interior da própria história conflitiva da humanidade, perceber a presença salvadora de Deus.

Esta visão positiva da criação e da história, que motivou inclusive críticas ao Concílio, é uma marca do Vaticano II e está, como não poderia deixar de ser, presente na *Gaudium et Spes*. Nota-se ali essa visão positiva da história quando se afirma a “autonomia das realidades terrestres”, já que no número 36 da GS lemos:

¹⁰ Cf. A. GESCHÉ, *O Cosmo*, São Paulo, Paulinas, 2004 (Col. Deus para pensar 4).

¹¹ Cf. A. GESCHÉ, *La destinée*, Paris, Cerf, 1995.

É preciso defender a todo custo a autonomia das realidades terrestres, quando por autonomia se entende que as coisas criadas e as sociedades têm o direito de ser encaradas em si mesmas e de se organizar com seus valores e suas próprias leis, que se vão aos poucos descobrindo, explicitando e aplicando. É uma exigência atual legítima, que está de acordo com a vontade do criador.¹²

A afirmação da autonomia das realidades terrestres é um reconhecimento do valor das realidades humanas, já que não se quer manter as atividades humanas sob tutela, mas sim enxergando nelas, no progresso e no desenvolvimento do espírito humano, a presença de Deus, já que “tanto as realidades profanas quanto as da fé originam-se do mesmo Deus”.¹³

Deus está presente no mundo não como força dominadora, mas como presença de amor que quer propor à criatura um relacionamento de amor salvífico. Na profissão de fé num Deus que assim age, a Igreja também quer fazer-se presente no mundo não para dominá-lo, mas para evangelizá-lo. No entanto, permanece a advertência do Concílio de que “sem o Criador a criatura se reduz a nada”.¹⁴

1.1.2. A vontade salvífica universal de Deus

A ação e a presença de Deus na história humana têm um único objetivo: proporcionar-lhe salvação. O desígnio amoroso de Deus é salvação para a humanidade, para toda a criação. Já a *Dei Verbum*¹⁵ assim entendia a proposta de Deus, e a *Gaudium et Spes* segue a mesma linha. Deus não se revela apenas para mostrar-se ou não age na história apenas para manifestar seu poder, mas sim em benefício da criação e da humanidade, objetos do amor de Deus.

Nisto também a doutrina da GS é tradicional. Já a Sagrada Escritura assim o entende, tanto no Primeiro quanto no Novo Testamento, sobretudo quando João nos lembra que “Deus é Amor” (1Jo 4,8). Ora, o Amor age

¹² GS 36.

¹³ Ibidem.

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ Cf. DV 2.

não em benefício de si mesmo, o que seria puro egoísmo, mas age em benefício do Amado. Deus amou tanto o mundo que enviou seu Filho não para julgar o mundo, mas para que o mundo fosse salvo por ele (Jo 3,16-17). O desígnio de Deus é a salvação.

Essa salvação é identificada com a comunhão na vida divina para a qual toda a humanidade é convidada.¹⁶ Aqui a salvação não é entendida apenas como remissão do pecado; claro que inclui isso também, mas a salvação de Deus vai além disso, afirmando a superação de todo o mal e a vocação a participar da própria vida divina: Deus entregou seu Filho ao mundo “para que todo o que nele crer não morra, mas tenha a vida eterna” (Jo 3,16). A salvação, pois, entende-se positivamente, como abundância da graça de Deus, fazendo o humano ser plenificado na própria vida divina, na eternidade.

Além disso, dois pontos devem ser destacados. O primeiro é a compreensão de que, inserindo-se na história e agindo para a salvação da humanidade, Deus realiza a própria salvação da história. A salvação adquire, aqui, características de historicidade, inserindo-se na história. Mas a salvação eterna vai para além da história e realiza-se escatologicamente, não se resumindo ou se reduzindo às conquistas humanas de melhoria das condições de vida, se bem que isso não afaste a humanidade da salvação definitiva, mas a aproxime. Toda a história humana é plenificada, salva, e encontra em Deus seu sentido e sua razão sendo, como todo o criado, “perfeitamente restaurada em Cristo” (Ef 1,10; Cl 1,20; 2Pd 3,10-13).¹⁷

Outro ponto a ser colocado em evidência é que, assim como quer salvar a história, Deus deseja que a salvação alcance todas as pessoas. Todo o gênero humano, obra do mesmo amor criador de Deus, é chamado à salvação por meio do Cristo. “É a pessoa humana que deve ser salva. É a sociedade humana que deve ser renovada” diz a GS.¹⁸ Por isso a *Gaudium et Spes* não hesita em apontar diretamente “o homem considerado em sua unidade e totalidade, corpo e alma, coração e consciência, inteligência e vontade” como objeto não apenas das considerações feitas pela Constituição mas, sobretudo, como objeto do amor salvífico de Deus. Mas importa dizer que esse desígnio de salvação é dirigido a todas as pessoas.

¹⁶ Cf. DV 2.

¹⁷ Cf. LG 48.

¹⁸ GS 3.

Ultrapassa-se, assim, a visão redutora de que a salvação refere-se apenas à alma humana, e que apenas os membros da Igreja podem alcançá-la. A salvação destina-se ao humano integral e é toda a família humana que, pela Igreja, é chamada à salvação. Por isso o Concílio pode falar a todos, não apenas “aos filhos da Igreja e a todos que invocam o nome de Cristo, mas a todos os homens”,¹⁹ exatamente porque todos são chamados à mesma comunhão da vida divina.

Dentro da moderna teologia da história, que afirma a abertura para o futuro, se aponta também para a salvação que acontece na história, mas não apenas pela história, e sim pela ação amorosa de Deus.²⁰ O ser humano se reconhece limitado, sonhando com a eternidade, necessitando de completude, já que não pode afirmar-se na plenitude da perfeição ontológica.²¹ Por isso as grandes questões que ele carrega consigo em sua história.²² Sua história é a construção de seu ser, não se definindo apenas pelo que é, mas pelo que pode vir a ser, pelo que é chamado a ser.²³ Aberto ao futuro, o humano se abre à história — porque o futuro é história também —, ao progresso e à possibilidade de Deus que vem ao seu encontro para salvá-lo.

A salvação querida por Deus apresenta-se, assim, indo além da superação do pecado, como plenificação do humano, atribuindo sentido à sua vida que é vivida em dimensão de eternidade. O Cristo é quem realiza esta salvação, já que é por ele também que a humanidade foi iniciada²⁴ e é ele que, ressuscitado, apresenta-se como o humano perfeito,²⁵ futuro para o qual é chamada toda a humanidade.

Cumpra ainda destacar dois outros aspectos que se relacionam com a questão da salvação e, embora já tenham sido sugeridos acima, precisam ser evidenciados. O primeiro é que a salvação se refere ao humano concreto, e o segundo, já afirmado, é que a salvação não pode ser vista em sentido individualista.

¹⁹ GS 2.

²⁰ Cf. B. FORTE, *Teologia da história*, São Paulo, Paulus, 1995.

²¹ Cf. A. TORRES QUEIRUGA, *Recuperar a salvação*, São Paulo, Paulus, 1999.

²² São as célebres e profundas questões existenciais às quais alude a GS em seu n. 10.

²³ Cf. GS 19 e 21.

²⁴ “Nele foram criadas todas as coisas, nos céus e na terra, as visíveis e as invisíveis” (Col 1,16).

²⁵ Cf. GS 22 e 41.

O Vaticano II, incluindo aí a GS, fala do humano em sentido geral, mas não se esquece de precisá-lo na concretude da história, que é precisamente o que a GS quer fazer.²⁶ O homem contemporâneo, ao qual o Concílio se refere, só pode ser entendido como os homens e as mulheres que existem concretamente e aos quais a salvação é oferecida. Não se trata de uma salvação do “homem genérico”, mas do humano concreto, histórico, inserido em seu contexto. Por isso o Concílio “quer falar a todos, para esclarecer o mistério do ser humano e cooperar na busca de uma solução para as principais questões do nosso tempo” (GS 10).

O outro aspecto, já evidenciado, é que a salvação se destina não apenas à alma humana, mas a toda a sua realidade (GS 34). Mais ainda, não é endereçada apenas a indivíduos isolados, mas constituídos em um povo (GS 32), já que o humano não foi criado para a solidão, mas para a comunidade. Aqui, compreende-se que, se a mensagem de salvação trazida por Jesus é simbolizada na imagem do Reino de Deus (Mc 1,15) e se ela é resumida no novo mandamento do amor a Deus e ao próximo (Mc 12,29-31), ela não pode ser reduzida ao espiritual ou individual, mas deve tocar todo o ser humano e todas as pessoas humanas, já que todos formam o novo Povo de Deus.²⁷ Uma visão privatizante da fé é ultrapassada para compreendê-la como profundamente relacionada ao concreto da existência humana.²⁸

Deus que age na história humana para oferecer salvação à toda a humanidade, levando em conta a concretude da existência e da história humana, enxergando nela os “sinais dos tempos” e valorizando a realidade criada. Eis alguns dos pontos teológicos que saltam aos nossos olhos ao lermos a *Gaudium et Spes*. Podemos nos perguntar, na sequência, que pontos da eclesiologia são utilizados pelo mesmo documento para fundamentar suas opções e afirmações.

1.2. Os fundamentos eclesiológicos da *Gaudium et Spes*

Sendo um dos últimos documentos do Concílio Vaticano II, é normal que a *Gaudium et Spes* se baseie nos documentos precedentes, aprendendo

²⁶ Cf. GS 4; 6; 10; 63 etc.

²⁷ Cf. LG 9; 13; também GS 25; 34; 78.

²⁸ Cf. GS 43, que afirma a necessidade da união entre fé e vida, afirmação que tem, atualmente, grande importância pastoral na vida das nossas comunidades.

com eles e neles fundando suas afirmações. Falando da Igreja no mundo contemporâneo, é de esperar que ela leve em consideração o que foi afirmado sobre a Igreja na Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, documento aprovado mais de um ano antes, promulgado em 21 de novembro de 1964. E assim é de fato. A eclesiologia da *Gaudium et Spes* segue a mesma linha da *Lumen Gentium*, e a concretiza e atualiza como presença no mundo atual.

Assim sendo, vários pontos precisam ser destacados para que se veja, apropriadamente, os fundamentos eclesiológicos da *Gaudium et Spes*. Claro que podem ser confundidos, sobretudo após quarenta anos, os fundamentos eclesiológicos com as consequências teológicas da *Gaudium et Spes*. Mas o fato não é tão grave, já que as consequências eclesiológicas do documento repousam sobre os fundamentos que o motivaram.

1.2.1. Seguimento de Jesus: encarnação e serviço ao mundo

Antes de mais nada, é preciso lembrar o princípio, já contido no Evangelho, segundo o qual a Igreja busca ser discípula de Jesus, aprendendo dele como historizar em sua vida histórica a ser parecida com o Deus em quem crê. “Sede perfeitos como o Pai celeste é perfeito” (Mt 5,48), lembra o Evangelho. A Igreja procura assemelhar-se a Deus, de quem os seres humanos já são “imagem e semelhança” (Gn 1,26), mas são chamados a ser ainda mais. Assim, importa conhecer melhor o “jeito de Deus ser”, o seu comportamento, sua ação na história, que as implicações metafísicas do ser de Deus, já que o humano vai buscar exatamente comportar-se à semelhança da maneira de Deus.

Sendo discípula de Jesus, a Igreja quer dele aprender como viver. Os Evangelhos não nos narram teorias sobre o ser do Filho de Deus, mas o mostram em ação, indicando como foi sua vida. Quando chama seus discípulos para seguirem-no, Jesus não se preocupa tanto com uma “formação teórica”, mas caminha com eles, para que, vendo como ele age, os discípulos aprendam a viver segundo a maneira de seu Mestre. Os apóstolos, quando querem ensinar suas comunidades a como viver cristãmente, narram os episódios da vida de Jesus, para que o comportamento do Mestre inspire e motive os crentes.

Assim, a Igreja se define no seguimento de Jesus. Claro que isso indica as consequências históricas da profissão de fé no Cristo. Assim como

a história é importante para a compreensão de Jesus, já que cremos na Encarnação, assim é importante que os seus seguidores também “se encarnem”, isto é, assumam as condições históricas do mundo no qual vivem a sua fé. Por isso o Concílio pode pensar um documento que fale “sobre a Igreja no mundo contemporâneo”, que é a própria *Gaudium et Spes*. O seguimento de Jesus é o comportamento histórico de seus seguidores, nas situações nas quais se situam, inspirados pelo ensinamento, exemplo e vida daquele que professam como o Cristo de Deus.

As razões do comportamento e da ação da Igreja no mundo não são, por isso, de natureza sociológica, ideológica ou meramente ética, mas sim teológicas. A fonte da ação da Igreja se encontra em Deus mesmo, no seu comportamento, na sua maneira de ser. E essa será uma das grandes novidades trazidas pelo Concílio, embora se enraíze no próprio Evangelho: a escuta da Palavra de Deus e a experiência da vivência de seu mistério dentro da história exige um olhar atento sobre a realidade, sobre o ser humano, sua criatura e seu parceiro na Aliança. É a dialética, exigida pela experiência cristã, entre revelação e mistério, transcendência e história, comunicação e inefabilidade.²⁹

Discípula do Cristo, a Igreja se compreende não como a única destinatária da Salvação, mas como mediação para que ela alcance todos os povos e toda a humanidade. É a compreensão da Igreja como Sacramento de Salvação, sinal de que a salvação de Deus acontece para a humanidade e caminho para que esta encontre sua plenitude em Cristo. Aqui temos um ponto eclesiológico extremamente importante, já que significa uma Igreja não mais voltada para si, para seu interior e organização, mas sim voltada e aberta para o mundo de hoje.

Deixa-se de lado a compreensão da Igreja como “sociedade perfeita”, que se contrapôs à Reforma Protestante e ao mundo moderno, e se afirma uma Igreja à serviço do mundo. Há uma relação de aproximação com a sociedade, e não mais de distanciação, como foi o caso em outras épocas,³⁰ passando do confronto ao diálogo crítico com o mundo. Este mundo já não

²⁹ Cf. F. PASTOR, *L'uomo e la ricerca di Dio*, in: R. LATOURELLE (org.), *Vaticano II: bilancio e prospettive venticinque anni dopo* (1962-1987), Assisi, Citadella Editrice, 1987.

³⁰ Lembre-se aqui, por exemplo, o famoso *Syllabus* de Pio IX (1864), contra os erros dos modernistas.

é mais visto simplesmente como negativo, “mistério da iniquidade”, mas positivamente como história, lugar da autocomunicação de Deus; o mundo é atravessado, claro, pelo dinamismo perverso do pecado, mas também pelo dinamismo salvífico da graça, e por isso não é realidade estranha à Igreja.

A Igreja compreende-se a partir de sua relação com o mundo que a cerca, sendo o lugar de sua autorrealização e de sua missão. Dentro do mundo, ela é sinal de salvação, “Sacramento do Reino”, procurando conduzi-lo ao encontro com seu Criador. Por isso, a exemplo de Jesus, ela não se preocupa em condenar, mas em salvar, em ser poder, mas serviço.³¹ Sua visão não é mais a de que o mundo deve colocar-se a seu serviço, mas sim, inversamente, a de que sua missão é a de agir para que o mundo conheça a Salvação que vem de Deus.

1.2.2. Povo de Deus em situação, com missão universal

Dois outros pontos eclesiológicos precisam ser destacados, já que se relacionam com este que acabamos de citar. Um é o da eclesiologia do Povo de Deus, e o outro o que valoriza as Igrejas locais.

A *Gaudium et Spes* compreende a ação da Igreja no mundo como ação de todos os cristãos. Estamos numa eclesiologia diferente daquela clássica, que privilegiava a institucionalização hierárquica. A categoria de Povo de Deus tornou-se a chave eclesiológica do Concílio.³² A Igreja passa a ser pensada preferencialmente não como instituição, embora ela também o seja, mas como acontecimento salvífico da Graça de Deus em Cristo. No centro dessa eclesiologia, estão os bens do Reino aos quais todos os cristãos são chamados: a fé, a missão no mundo, a busca da santidade, a comunhão com Deus, em Cristo, pelo Espírito.

Esta eclesiologia pensa igualmente aquilo que diz respeito a todos os cristãos e os coloca em situação de igualdade radical, a graça do batismo, e aquilo que, dentro do Povo de Deus, realiza a sua diferenciação: a ação do Espírito Santo que chama cada cristão a um papel na Igreja conforme a diversidade de dons, vocações, carismas e ministérios. Ou seja, todos são

³¹ Cf. GS 3.

³² Aqui, todo o trabalho de reflexão eclesiológica do Concílio, sistematizado na Constituição Dogmática *Lumen Gentium*.

chamados a ser sujeito no grande sujeito, que é a Igreja, Povo de Deus a caminho do Reino. Aqui a hierarquia tem seu lugar e seu serviço a desempenhar para o bem de toda a Igreja, como também os leigos, cada qual segundo seu estado e seu ministério.

Sendo uma categoria mais “sociológica”, a ideia de Povo de Deus aproxima a Igreja da compreensão do mundo e recoloca suas relações com ele que, como dissemos, é visto como campo de sua vida e de sua missão. Muitos criticaram a visão positiva que o Concílio tem do mundo. No entanto, é preciso lembrar que essa visão tem como base a ideia de que Deus quer a salvação da humanidade a partir de sua realidade, de seu estado, do lugar onde vive e realiza sua história: a salvação é endereçada ao mundo todo.

A valorização do mundo e da história significa uma valorização da situação vivida pelos seres humanos temporal, espacial e culturalmente. A isso corresponde a visão eclesiológica da Igreja local ou particular. Com efeito, o Vaticano II retoma a eclesiologia eucarística e de comunhão, valorizando o episcopado dentro da Igreja local e dentro da comunhão das Igrejas, abrindo a possibilidade de se compreender a Igreja a partir da Igreja local.

Claro que isso coloca a relação entre universal e particular. Na Igreja, o “universal” não existe em si mesmo, mas sim “nas e a partir das Igrejas particulares”,³³ chamadas a viver na *communio ecclesiarum*, onde o serviço da Igreja de Roma é o sinal visível da unidade de todas as Igrejas e de todos os fiéis em Cristo. A universalidade da Igreja é vista, então, não como a somatória das Igrejas locais, mas como acontecimento da graça de Deus nas próprias Igrejas locais. Numa eclesiologia de comunhão, a Igreja de Roma deve ser vista como uma Igreja local com responsabilidade própria e universal.³⁴

Por fim, acene-se para o fato de que a Igreja é compreendida dentro de suas características missionárias. A IV Sessão do Concílio, que aprovou a *Gaudium et Spes*, aprovou também o documento sobre a missão da Igre-

³³ Cf. LG 23.

³⁴ Cf. COMISSIO THEOLOGICA INTERNATIONALIS, *Themata selecta de Ecclesiologia*, Roma, Libreria Editrice Vaticana, 1985, n. 5,3: “In medio particularium ecclesiarum universalis complexionis gremio stat quoddam centrum, quoddam relationis signum: Romana particularis ecclesia”.

ja: *Ad Gentes*. A eclesiologia do Vaticano II não se compreende sem suas afirmações e enfoques missionários.

A missão da Igreja é sua própria razão de ser. O mandato missionário de seu Mestre (Mt 28,19-20) a impulsiona em direção ao mundo, aos povos, às culturas. A Igreja não é enviada a si mesma, e sua missão não se esgota em anunciar a palavra do Evangelho aos que já creem. Ela é enviada ao mundo, para fazer com que todos os povos se tornem discípulos, para anunciar o Evangelho aos que ainda não o ouviram, não o conhecem ou não o aceitam.

Ir em direção ao mundo significa tomar em consideração as diversas realidades históricas e sociais nas quais as pessoas, os povos e nações estão inseridos. Significa valorizar a situação local, exatamente na mesma perspectiva que a *Gaudium et Spes* enfatiza. A missão é compreendida não apenas como tarefa da Igreja, mas como seu próprio modo de ser: sua ação no mundo é missionária, para que o mundo creia (Jo 17,21), isto é, para que se transforme cada vez mais em algo semelhante ao Projeto de Deus, enquanto aguarda a chegada do Reino definitivo.

CONCLUSÃO

Um dos maiores e mais significativos textos do Concílio Ecumênico Vaticano II, colocado no coração deste acontecimento de grande importância para a Igreja atual, a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, documento sobre a Igreja no mundo contemporâneo, indiscutivelmente influenciou a vida da Igreja e a reflexão teológica a partir da segunda metade do século XX, sendo que nós somos hoje, em toda parte, um pouco seus filhos.

A pergunta sobre os fundamentos teológicos e eclesiológicos deste documento quer encontrar sua base doutrinal, ligando-a não apenas a seus efeitos posteriores, mas à fé da Igreja de todos os tempos. A pergunta pode ser interessante por apontar aquilo que torna possível a inserção da Igreja no mundo atual, fazendo com que seja legítimo seu trabalho de evangelização e transformação da realidade vivida atualmente pela humanidade, procurando adequá-lo ao projeto do Reino de Deus.

Reencontrando sua missão de anunciar ao mundo a salvação trazida por Jesus Cristo, a Igreja compreende-se professando sua fé em Deus agindo na

história, propondo aliança à humanidade, até chegar a ponto de encarnar-se e fazer-se homem, para que essa salvação aconteça e seja aceita pela humanidade. Aqui os dois fundamentos teológicos essenciais para compreender a *Gaudium et Spes*: Deus, que é Salvador, e age na história humana para realizá-la.

Isso traz como consequência o fato de que a Igreja, fiel a Deus e seguindo Jesus Cristo, também deve encarnar-se na história da humanidade, trabalhando para que as pessoas experimentem condições de vida que as aproximem mais do desígnio salvífico de Deus. Assim, a Igreja não tem um fim em si mesma, mas é enviada ao mundo como servidora, tal qual seu mestre, em vista do estabelecimento do Reino de Deus.

Encarnar-se significa assumir as condições histórico-sociais nas quais o ser humano vive, entendendo que essas condições, as chamadas realidades terrestres, não são estranhas nem a Deus nem à Igreja, já que ela vive neste mundo no qual Deus se faz presente para encontrar-se com a humanidade. Se a Igreja se compreende em sua relação a Deus, de quem é discípula, por outro lado se compreende também a partir de sua relação com o mundo, criação de Deus a quem ela é enviada.

E é enviada a todas as pessoas, povos, nações e culturas, para anunciar-lhes a presença salvadora de Deus já acontecendo em suas vidas e em sua história, fazendo então com que seja compreendido que a salvação é oferecida a toda a humanidade. A Igreja, novo Povo de Deus, acontecendo pela Graça, nas mais diversas situações humanas, a todos leva a mensagem de Jesus, de que a humanidade se realiza no caminho do Amor vivido em relação a Deus, que é o próprio Amor, e também vivido em relação aos outros seres humanos, pois todos são irmãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERIGO, G., *História do Concílio Vaticano II*, Petrópolis, Vozes, 1995.
BARAÚNA, G. (org.), *A Igreja do Vaticano II*, Petrópolis, Vozes, 1965.
———. (org.), *A Igreja no mundo de hoje*, Petrópolis, Vozes, 1967.
CAPELO, M., *Comentarios a la constitución Gaudium et Spes sobre la Iglesia en el mundo actual*, Madrid, BAC, 1968.
CAPRILE, G., *Il Concilio Vaticano II*, Roma, Civiltà Cattolica, 1966.
CONGAR, Y.; PEUCHMAURD, M. (dir.), *L'Église dans le monde de ce temps*, Paris, Cerf, 1967.

- DELHAYE, P. *Dialogo chiesa-mondo secondo la Gaudium et Spes*, Assisi, Cittadella, 1968.
- DERETZ, J.; NOCENT, A., *Konkordanz der Konzils Texte*, Wien-Köln, Verlag Styria, 1968.
- HÄRING, B. *Vaticano II, o Concílio dos irmãos*, Perpétuo Socorro, s.d.
- KLOPPENBURG, B. *A eclesiologia do Vaticano II*, Petrópolis, Vozes, 1971.
- LAMBERT, B. (coord.), *A nova imagem da Igreja*, São Paulo, Herder, 1969.
- LAURENTIN, R. *Bilan du Concile*, Paris, Seuil, 1966.
- LOMBARDI, P. *Para vivir el Concilio*, Madrid, BAC, 1970.
- LOPES GONÇALVES, P. S.; BOMBONATTO (orgs.), V. I., *Concílio Vaticano II; análise e perspectivas*, São Paulo, Paulinas, 2004.
- MARTELET, G., *Les idées maîtresses de Vatican II*, s.l., Desclée, 1966.
- ROXO, R. M., *O Concílio, teologia e renovação*, Petrópolis, Vozes, 1967.
- SCHILLEBEECKX, E., *L'Église du Christ et l'homme d'aujourd'hui selon Vatican II*, Le Puy-Lyon, Ed. Xavier Mappus, 1965.
- VATICANO II, *Compêndio do Vaticano II*, 9ª. Ed., Petrópolis, Vozes, 1975.
- VV.AA., *A Igreja do Concílio Vaticano II*, Porto, Livraria Apostolado da Imprensa, s.d.
- VV.AA., *El hombre al encuentro de Dios en la constitución Gaudium et Spes*, Salamanca, Secretariado Trinitario, 1970.
- WOJTYLA, K., *Fontes de renovação; estudo sobre a prática do Concílio Vaticano II*, São Paulo, Loyola, 1985.